Workshop sobre:

“Eutanásia”

Daniel Serrão e M. Patrão Neves

www.mpatraoneves.pt

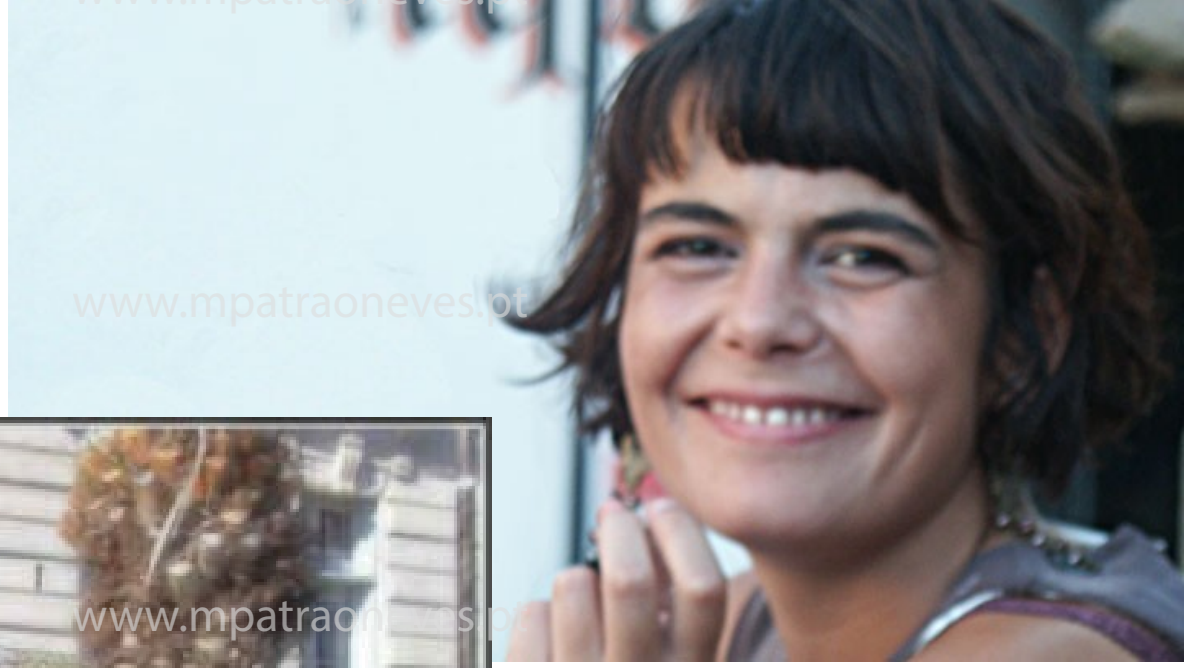
CASO DEBBIE PURDY

Suicídio assistido permitido no Reino Unido

O Reino Unido mudou a legislação sobre o suicídio assistido, graças ao caso de Debbie Purdy, uma mulher que sofria de esclerose múltipla e que antes de morrer garantiu que o marido não seria condenado por tê-la ajudado a morrer. Ele não foi condenado. A justiça britânica perseguirá o ajudante apenas nestes casos: se ajudar um menor, se a pessoa tiver alguma doença mental e não for capaz de decidir, se não tiver manifestado o seu desejo, se não tiver uma doença terminal e se houver aproveitamentos económicos da morte. Este delito é punido com 14 anos de prisão no Reino Unido.

www.mpatraoneves.pt

Clara Blanc



www.mpatraoneves.pt

Francesa de 31 anos pede referendo à eutanasia

www.mpatraoneves.pt

Margarida Paes

Clara Blanc, de 31 anos, sofre de uma doença degenerativa rara, a síndrome de Ehlers-Danlos (EDS) e faz agora um apelo ao Governo francês para que se faça um referendo sobre o suicídio assistido.

Clara Blanc menciona, no seu pedido, um caso semelhante que abalou a França há pouco tempo – o de Chantal Sébire, que também reclamou o direito a morrer dignamente por causa de um tumor na cara que a desfigurou e lhe dava grandes dores. Acabou por se suicidar a 19 de Março.

Foi por carta que Blanc apelou ao Presidente da República, Nicolas Sarkozy, e à ministra da Saúde, Roselyne Bachelot. O seu apelo reforçou a pressão sobre o Governo no que toca à questão da eutanásia activa, que o Executivo que já tinha concordado rever na polémica do caso Chantal.

A legislação francesa admite a eutanásia passiva – induz-se um coma ao paciente e deixa-se que a vida se desvaneça, usando apenas os medicamentos necessários para aliviar as dores. O que é pedido por Clara Blanc, agora, é que seja referendada a eutanásia activa, que até agora o Governo tem visto como incitação ou ajuda ao suicídio – crimes condenados com pena de prisão.

Clara Blanc não esconde que já contactou a associação suíça Dignitas, que facilita o suicídio, sob o lema "Viva com dignidade, morra com dignidade". Mas os gastos rondam os 6000 euros e ela não os tem.

Blanc vive nos arredores de Montpellier, na costa Sul da França e sofre da EDS, uma doença hereditária que leva à redução dos tecidos que sustêm a pele por falta da proteína colagénio. O EDS afecta a pele, os ligamentos e os órgãos internos com hematomas e hemorragias múltiplas, pode mesmo levar à paralisia.

"Não sou suicida", explicou Blanc, que não sabe quando e como quer morrer – "o mais tarde possível", disse em entrevista ao jornal *Midi Libre*. Sente, porém, que "se chega a um ponto em que a vida é simplesmente uma agonia irreversível", como escreveu na carta a Sarkozy e a Bachelot. Clara Blanc prefere morrer a ver-se transformada num "vegetal".

A TRANSMISSÃO É INÉDITA E FOI FEITA ONTEM PARA TODA A INGLATERRA

TV exibe eutanásia

O documentário captou o momento em que Craig Ewert, um doente em fase terminal, bebe uma mistura de sedativos e lhe são desligadas as máquinas que o mantinham vivo

Craig Ewert estava completamente paralisado, sem conseguir sequer fazer as mexer os olhos. Para ele, continuar vivo era um tormento

O suicídio assistido de um doente em fase terminal foi ontem transmitido pela Sky Real Lives, um tipo de conteúdo nunca antes emitido em Inglaterra.

No documentário canadiano intitulado "Right to Die?" ("Direito de Morrer?"), o professor universitário americano Craig Ewert é visto a beber uma mistura de sedativos e, seguidamente, a serem-lhe desligadas as máquinas que o mantinham vivo. Passados 30 minutos Craig acaba por falecer.

Apesar de toda a polémica que tem vindo a gerar no seio da opinião pública britânica, a viúva do professor, Mary, disse ao jornal britânico "The Independent" que o documentário quebra o "tabu" em torno do assunto, além de "ajudar as pessoas a enfrentar os seus medos em relação à morte".

Craig Ewert tinha 59 anos e sofria de uma doença neurológica incurável que afectou toda a sua parte motora. Antes de morrer, o professor escreveu: "Eu gostaria de continuar, mas realmente não consigo mais. Quando você está completamente paralisado, não pode falar, não pode andar, não pode mexer os olhos, como pode mostrar aos outros que está a sofrer?".

"Boa viagem"

No filme, Craig encontra-se com a mulher e com um membro da organização suíça Dignitas, que já ajudou mais de 700 pessoas de 25 países a morrer, desde 1999.

Mary pergunta ao marido se lhe pode dar um beijo e em seguida diz: "Faz uma boa viagem. Ainda te vou ver um dia." ■

Craig Ewert

www.mpatraoneves.pt

www.mpatraoneves.pt

Virginia López
correspondente do *El Mundo*

Direito ou não a morrer na sociedade europeia

O caso da italiana Eluana Englaro voltou a reacender o tema do direito ou não a morrer na sociedade europeia. Em Itália, um país católico onde o Vaticano tem muita influência, esta notícia provocou uma grande polémica e o próprio governo do primeiro-ministro Silvio Berlusconi exigiu que as clínicas do país não permitam o que três tribunais autorizaram o pai da jovem italiana a fazer: desligar a máquina graças à qual ela se mantêm com vida, ainda que em coma durante os últimos 17 anos, devido a um acidente. Eluana não pode decidir se quer continuar a viver desta forma, mas o seu pai garante que ela preferiria morrer do que viver assim.

Em Espanha, para que este tipo de casos não aconteça, isto é, que um familiar tenha de decidir desligar ou não a máquina que mantém com vida um paciente, o Conselho de Ministros espanhol aprovou em 2007 a criação do Registo Nacional de Instruções Prévias que se conhece como "testamento vital". Cada cidadão pode deixar por escrito a sua vontade em relação a possíveis tratamentos para prolongar a sua vida em caso de se encontrar numa situação similar à da Eluana.

Mas os médicos espanhóis especificam que não se deve confundir a eutanásia ou suicídio assistido – que em Espanha estão proibidos por lei – com o direito que têm os pacientes a rejeitar um tratamento médico que poderia prolongar a sua vida. Está regulamentado pela Lei de Autonomia do Doente de 2002 e permite, por exemplo, que um paciente com cancro possa recusar qualquer tipo de tratamento como a quimioterapia.

A esta lei recorreu em 2007 Inmaculada Echevarria, uma espanhola de 51 anos, depois de passar duas décadas deitada numa cama devido a uma distrofia muscular e ligada a um ventilador mecânico para poder viver. Desde os 29 anos, Inmaculada soube que tinha o direito a uma "morte digna", mas ainda demorou outros vinte a atrever-se a dar o passo decisivo de pôr fim à vida, uma decisão que contou com a aprovação do Comité Ético da Junta da Andaluzia.

Foi um passo difícil para ela e histórico para Espanha porque pela primeira vez a vontade do doente a morrer sobrepôs á vontade dos médicos a mantê-la com vida artificialmente. ■

Eluana Englaro

A morte por encomenda

● 12 de Setembro de 2008. Um jovem de 23 anos chegou há pouco, na sua cadeira de rodas, a um apartamento, nos arredores de Zurique, onde vai cometer o único acto verdadeiramente irreversível que um ser humano pode fazer a si próprio: matar-se. Mas é precisamente isso que Dani James quer acima de tudo. Desde que ficou paralisado do pescoço para baixo, em Março de 2007, na sequência de um acidente de trein

– até aí era uma estrela em ascensã do râguebi britânico – já tentou suicidar-se por três vezes. Devido à sua incapacidade motora, não conseguiu.

Ao longo do último ano, disse e repetiu aos pais, Mark e Julie, que não suportava viver uma "vida de segunda" e que preferia morrer a permanecer dentro da "prisão" d seu corpo. Perante a tenacidade aparentemente inabalável do filho eles decidiram ajudá-lo a morrer

nas melhores condições possíveis (de forma indolor, acompanhado, num ambiente calmo e privado). Consideraram que a vontade do filho devia prevalecer; vê-lo sofrer dessa maneira era-lhes insuportável.

Como o suicídio assistido é ilega no Reino Unido (e na esmagadora maioria dos países) e como na Sui existe uma associação, Dignitas, que aceita assistir cidadãos não residentes, Mark e Julie James levaram Daniel, que não estava em condições de fazer a viagem sozinho, de avião até Zurique. Assim, também estariam presente para lhe segurar a mão no momer crucial. O adeus às irmãs, na hora da partida, foi desumanamente difícil.

Um voluntário que trabalha para a Dignitas entra no quarto onde Daniel James e os pais estão à espera, com a droga que irá pôr fim à vida do jovem. Mas não será ele a fazer o derradeiro gesto, apenas está lá para tornar esse gesto possível. Quando tudo está dito e feito, as últimas formalidad concluídas, Daniel James despede se dos pais e auto-administra-se o medicamento; adormece e depois de uns minutos pára de respirar e

apaga-se suavemente – é o fim.

"Normalmente, administramos

aliás contra a eutanásia. Agora, confirmou ao P2 essa sua posição:

raro comparado com o número total de mortes anuais em cada

como da Dignitas, é muito maior do que o dos homens. "Até agora,

www.mpatraoneves.pt

● 12 de Setembro de 2008. Um jovem de 23 anos chegou há pouco, na sua cadeira de rodas, a um apartamento, nos arredores de Zurique, onde vai cometer o único acto verdadeiramente irreversível que um ser humano pode fazer a si próprio: matar-se. Mas é precisamente isso que Daniel James quer acima de tudo. Desde que ficou paralisado do pescoço para baixo, em Março de 2007, na sequência de um acidente de treino – até aí era uma estrela em ascensão do râguebi britânico – já tentou suicidar-se por três vezes. Devido à sua incapacidade motora, não conseguiu.

Ao longo do último ano, disse e repetiu aos pais, Mark e Julie, que não suportava viver uma "vida de segunda" e que preferia morrer a permanecer dentro da "prisão" do seu corpo. Perante a tenacidade aparentemente inabalável do filho, eles decidiram ajudá-lo a morrer nas melhores condições possíveis (de forma indolor, acompanhado, num ambiente calmo e privado). Consideraram que a vontade do filho devia prevalecer; vê-lo sofrer dessa maneira era-lhes insuportável.

Como o suicídio assistido é ilegal no Reino Unido (e na esmagadora maioria dos países) e como na Suíça existe uma associação, Dignitas, que aceita assistir cidadãos não residentes, Mark e Julie James levaram Daniel, que não estava em condições de fazer a viagem sozinho, de avião até Zurique. Assim, também estariam presentes para lhe segurar a mão no momento crucial. O adeus às irmãs, na hora da partida, foi desumanamente difícil.

Um voluntário que trabalha para a Dignitas entra no quarto onde Daniel James e os pais estão à espera, com a droga que irá pôr fim à vida do jovem. Mas não será ele a fazer o derradeiro gesto, apenas está lá para tornar esse gesto possível. Quando tudo está dito e feito, as últimas formalidades concluídas, Daniel James despede-se dos pais e auto-administra-se o medicamento; adormece e depois de uns minutos pára de respirar e apaga-se suavemente – é o fim.

"Normalmente, administramos 15 gramas de pentotal de sódio em 60 mililitros de água, que podem ser ingeridos através de uma palhinha", disse ao P2 por *email* Ludwig Minelli, o advogado suíço que fundou a Dignitas em 1998. "Podemos ajudar em tudo, desde que a pessoa que deseja morrer faça ela própria o último acto da sua vida. Podemos segurar no copo, colocar a palhinha na sua boca, mas é a pessoa que tem de aspirar a solução e bebê-la."

Esta trágica história não acaba aqui. Quando regressaram ao Reino Unido, Mark e Julie James souberam que tinham entretanto sido denunciados por uma funcionária dos serviços sociais britânicos. Conforme o Suicide Act britânico, em vigor desde 1961 (altura em que o suicídio foi descriminalizado), as pessoas que ajudam outras a morrer, seja de que maneira for, podem ser condenadas a uma pena até 14 anos de cadeia. (A título comparativo, em Portugal, o Código Penal pune com uma pena de prisão até três anos "quem incitar outra pessoa a suicidar-se, ou lhe prestar ajuda para esse fim, (...) se o suicídio vier efectivamente a ser tentado ou a consumar-se"). À hora do fecho desta edição, os pais de Daniel James ainda não sabiam se iriam ou não ser incriminados pelo Ministério Público do seu país, que abriu um inquérito na sequência da denúncia.

Morte assistida e eutanásia

Para além dos suicídios assistidos como o de Daniel James, há também uma outra forma de morrer "por encomenda": a eutanásia. A fronteira entre estes dois actos pode parecer ténue – e muitas vezes até o é, principalmente quando a autonomia do doente é mínima –, mas existem diferenças. A principal, do ponto de vista de Minelli, é que a eutanásia exige que outra pessoa que não o próprio administre activamente a droga mortal (por exemplo, que um médico a injecte por via endovenosa). Numa interessante entrevista concedida em Maio passado ao diário francês *Le Monde*, Minelli declarava-se aliás contra a eutanásia. Agora, confirmou ao P2 essa sua posição: "Desde que uma pessoa seja fisicamente capaz de cometer com assistência um suicídio sem riscos nem dor, e esteja em plena posse das suas capacidades mentais, não há necessidade de recorrer à eutanásia, que implica que uma pessoa mate outra porque ela lho pediu."

Três países – a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda – já legalizaram a eutanásia propriamente dita. Contudo, estas leis apenas contemplam actos praticados por médicos exclusivamente junto de doentes terminais – o que significa que alguém como Dan James nunca teria sido contemplado – e apenas são válidas para os residentes dos respectivos países.

Fora da Europa, a morte assistida (mas não a eutanásia) é legal nos EUA, no estado do Oregon, onde, desde 1997, os médicos podem receitar aos doentes terminais (receitar, nunca administrar, sob pena de serem acusados de homicídio) drogas que lhes permitam pôr fim à vida. E no estado de Washington esta prática de último recurso tornou-se legal há dias, a 4 de Novembro, no mesmo dia das eleições presidenciais norte-americanas, por 59 por cento dos votos contra 41.

Na Suíça, a eutanásia também não é legal. Mas entidades como a Dignitas ou a Exit (que só excepcionalmente aceita pedidos do estrangeiro) tiram partido do artigo 115 do Código Penal suíço, que estipula que ajudar alguém a suicidar-se não é punível desde que não seja feito "por motivos egoístas". Isso não impede estas associações de serem alvo de controvérsia: há quem receie que o país projecte para o mundo uma imagem de paraíso do "turismo do suicídio". Há quem diga que se trata de incitação ao suicídio. Há quem censure a Dignitas por facturar seis mil euros por cada intervenção.

Minelli não liga muito às críticas. Como respondeu ainda ao P2: "Nas nossas sociedades, fala-se muito do suicídio assistido – que é no fundo um acontecimento muito raro comparado com o número total de mortes anuais em cada país. E o mais espantoso é que nunca se discute como reduzir o enorme número de tentativas de suicídio e de suicídios solitários que se verificam. Esse é um grande problema, mas ninguém está disposto a lidar com ele."

Cerca de 900 pessoas já foram ajudadas a suicidar-se pela Dignitas, na sua esmagadora maioria estrangeiros: alemães, franceses, britânicos, etc. Nenhum português. "Até hoje, nunca tivemos um pedido de suicídio assistido de alguém que resida em Portugal", diz o responsável da Dignitas. Mas as pessoas que foram até ao fim são apenas uma pequena fracção dos que inicialmente contactaram a associação: "De cada 100 pessoas que recebem o nosso sinal verde provisório", explicava ainda Minelli no *Le Monde*, "que quer dizer que, após consulta do seu dossier, um médico suíço está disposto a receitar-lhes pentotal, apenas 12 por cento realizam o seu desejo de morrer. Cerca de 70 por cento nunca mais nos telefonam e 18 por cento dizem querer esperar mais um pouco. Quando sabem que a saída de emergência existe, as pessoas sentem-se mais tranquilas, têm menos medo."

Existe porém uma tendência relativamente recente: um estudo publicado na semana passada na revista *Journal of Medical Ethics* pela equipa de Georg Bosshard, do Hospital Universitário de Zurique, e baseado nas estatísticas da Exit e da Dignitas, conclui que os pedidos de ajuda por parte de pessoas que não sofrem de doenças terminais nem mortais têm vindo a aumentar desde os anos 1990 entre a população mais idosa da Suíça, onde "o cansaço com a vida e, de uma forma geral, um péssimo estado de saúde, representam uma razão mais frequente para recorrer ao suicídio assistido do que no passado", conforme declarou uma das co-autoras, Susanne Fischer, em comunicado. Os cientistas também constataram que o número de mulheres que requerem ajuda, tanto junto da Exit como da Dignitas, é muito maior do que o dos homens. "Até agora, este fenómeno não tem merecido a devida atenção", alertam.

Cuidados paliativos?

Num recente artigo de opinião no PÚBLICO contra a eutanásia ("Vamos referendar a morte?", 27/10/2008), que considera um homicídio, Daniel Serrão, membro do conselho consultivo do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa, escreve: "O que está, verdadeiramente, em causa não é o médico promover a morte dos doentes terminais; é tratar de forma correcta as dores que eles tenham ou o sofrimento que apresentem.(...). É conseguir dar a todos os portugueses – e não apenas aos que os podem pagar – cuidados médicos personalizados e tecnicamente adequados até ao momento da morte." A questão não é a da eutanásia, salienta este especialista, mas a de permitir que "todos os doentes, em fase terminal, tenham cuidados paliativos de qualidade, pagos pelo Serviço Nacional de Saúde".

Esta ideia de que eutanásia e os cuidados paliativos se excluem mutuamente e de que a existência dos segundos "esvazia" a questão da primeira não é partilhada por outros especialistas de cuidados paliativos que se têm feito ouvir na imprensa nacional e internacional. Num artigo também publicado há dias no PÚBLICO ("O referendo à eutanásia e os novos velhos do Restelo", 08/11/2008), Rui Nunes, o presidente da Associação Portuguesa de Bioética, que propôs em Outubro a realização de um referendo sobre a morte medicamente assistida, lembrava que há doentes a quem os cuidados paliativos não aliviam o sofrimento e que, pelo menos nesses casos, se colocará sempre o problema da legitimidade da eutanásia.

Numa recente edição do *British Medical Journal* (*BMJ*), Jan Bernheim e colegas, do Grupo de Cuidados Paliativos da Universidade Livre de Bruxelas, argumentam, a partir do exemplo belga, que "os defensores da legalização da eutanásia têm

www.impatrasdesopa.pt

A menina que decidiu morrer

A vontade de Hannah levanta **dúvidas éticas e jurídicas**

Hannah Jones e a mãe, Kirsty, durante uma entrevista à televisão britânica Sky News

Os médicos deram-lhe seis meses de vida. A serenidade com que Hannah Jones aceitou este diagnóstico abala as convicções mesmo daqueles que defendem a vida como um valor absoluto.

Aos 4 anos, quando lhe foi diagnosticada uma leucemia rara, o hospital passou a ser a sua segunda casa. Os sucessivos tratamentos para combater a doença causaram-lhe uma cardiomiopatia, doença muscular que limita o funcionamento do coração a 10% da sua capacidade. Em Julho, os médicos disseram-lhe que talvez não resistisse até ao Natal, que precisava de um novo coração para sobreviver. A jovem recusou o transplante e o hospital de Hereford apresentou queixa contra os tutores da menor. Esta semana, depois de ouvida por uma assistente social, venceu a batalha jurídica.

Hannah tem 13 anos. O sofrimento físico e psicológico que a persegue há quase uma década roubou-lhe a infância, mas em contrapartida tornou-a capaz de decidir em consciência, como só um adulto o faria. Frente às câmaras da Sky News, a adolescente britânica explicou por que rejeitou o transplante. Hannah avaliou os riscos da intervenção cirúrgica e sabe que há fortes probabilidades da leucemia regressar. "Estive no hospital durante demasiado tempo", disse na terça-feira, numa entrevista ao canal britânico. De regresso a casa, onde se juntou à família, desabafou que guarda "más memórias" de quando esteve hospitalizada e está consciente de que o transplante não lhe dá garantias de um futuro melhor. Hannah conta com o apoio dos pais. A mãe, Kirsty, assegura que a decisão da filha "não foi tomada de ânimo leve".

Dilema ético

O drama da menina inglesa levanta questões complexas, nomeadamente do foro ético. Daniel Serrão, membro da Academia Pontifícia para a Vida da Santa Sé e da Associação Internacional de Bioética, disse ao Expresso que a acção médica nestes casos "deve ser sempre a favor da vida". Mas "se os pais acharem que é melhor a criança morrer feliz do que viver infeliz com uma rejeição interna", os médicos nada poderão fazer.

Esta ideia é partilhada por Paula Martinho da Silva, presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), que sublinha: "A opinião do menor deve ser considerada um factor cada vez mais de-

Manchete, 1996-2008 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

A menina que decidiu morrer

www.mpatraoneves.pt

terminante, em função da sua idade e maturidade".

A lei britânica retira autonomia a quem pede ajuda para morrer, mas respeita essa mesma autonomia no caso de pessoas que queiram morrer por si, sem interferência de outros. A classe médica, citada na imprensa inglesa, é unânime: a decisão da menina deve prevalecer. "Atendendo às circunstâncias específicas deste caso, penso que a adolescente de 13 anos está em perfeitas condições para tomar uma decisão — sobretudo porque conta com o apoio inequívoco dos pais", disse ao Expresso Tony Calland, presidente da Comissão de Ética Médica da Ordem dos Médicos britânica. Até ao fecho desta edição, o Expresso não obteve do Bastonário português, Pedro Nunes, o parecer que solicitou sobre esta matéria.

Na década de 80, a Câmara dos Lordes estabeleceu que menores de 16 anos podem consentir ou recusar tratamento médico sem conhecimento prévio ou aprovação dos pais. Em Portugal, a questão seria "extremamente complexa do ponto de vista jurídico e ético", revelou ao Expresso o advogado Carlos Antunes, ex-vogal da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados. No nosso país "seria sempre necessária a concordância entre pais e menor. Não vejo como os médicos ou qualquer instituição hospitalar se poderiam opor a esta declaração de vontade".

CRISTINA POMBO
com PAULO ANUNCIAÇÃO
correspondente em Londres
cpombo@expresso.pt

&

Se a criança fosse portuguesa, teria o direito de se opor à operação?

Sim. Caso existisse uma vontade inequívoca, livre, consciente e informada por parte da menor e dos pais, suportada por uma comissão de menores, dificilmente seria efectuado o transplante, referiu o advogado Carlos Antunes. O art.º 12 da Convenção Sobre os Direitos da Criança (adoptada pela ONU em 1989) diz que toda a criança com capacidade de discernimento tem "o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as suas opiniões, de acordo com a sua idade e maturidade".

Podemos estar perante um caso de eutanásia?

Não podemos considerar que a recusa na intervenção prefigure um caso de eutanásia. Para tal seria necessária uma intervenção activa com o objectivo de provocar a morte, explicou Paula Martinho da Silva, presidente do CNECV (Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida).

Os médicos e a família da menor podem vir a ser responsabilizados juridicamente?

Nem os pais nem os médicos podem ser penalizados, esclareceu Carlos Antunes.

Menina que queria morrer conseguiu transplante

A menina de 14 anos que conseguiu convencer o sistema de saúde britânico a deixá-la morrer foi submetida, esta quarta-feira, a um transplante de coração, refere a BBC Brasil.

A cirurgia decorreu no hospital Great Ormond Street, em Londres, mas não há mais informações sobre o estado de saúde da rapariga. **Hannah Jones** viu o seu coração ficar cada vez mais fraco devido ao uso de muitos medicamentos para combater a leucemia. Os médicos avisaram-na que, sem o transplante, teria poucos meses de vida, mas a menina decidiu não prosseguir com a operação.

Em Novembro de 2008, o Herefordshire Primary Care Trust, que administra o hospital em que Hannah estava internada, avançou com um processo em tribunal para obrigar a menina a ser operada.

A entidade acabou por desistir da acção na Justiça, depois de uma assistente social ter conversado com Hannah e com os pais e ter confirmado que todos estavam conscientes e firmes na sua decisão.

No entanto, a família mudou de ideias e a menina britânica recebeu mesmo um coração novo.

Right to die' fight abandoned

By Natalie Paris and agencies
Published: 12:01AM BST 19 Apr 2007

A woman who took her struggle for the 'right to die' to the High Court has decided to postpone her case in order to seek alternative medical treatments.

Kelly Taylor, 30, is in constant pain from two severe congenital conditions and had argued that doctors had infringed her human rights by refusing to increase her morphine dose. But they believed that such an increase would be tantamount to killing her and would breach euthanasia legislation. Mrs Taylor's bid for a delay in proceedings was rejected by medics, effectively bringing the court case to a halt. A spokeswoman for the pro-euthanasia group which has supported Mrs Taylor, Dignity in Dying, said Mrs Taylor was "distressed" by the development.

"Kelly Taylor has been told that her request for an adjournment ... has been rejected out of hand by the defendants," the spokeswoman said. "She feels she has been forced to withdraw her case by the defendants and wishes to express how distressed she is by their actions. "Kelly remains committed to patient choice at the end of life. "She will continue to campaign for the rights of terminally ill people to determine when and how they die.“ Mrs Taylor, from Bristol, has been given less than a year to live but plans to experiment with non-drug treatments including physiotherapy. She was fighting a ground-breaking case to win the legal right to demand potentially lethal doses of drugs. Her heart and lungs are likely to fail but if not, a "living will" would come into force, asking doctors not to provide artificial food or hydration. Her medics refused to provide the treatment, saying it amounted to euthanasia.

At a previous hearing, Mrs Taylor told reporters "I don't want to be here any more".

Chantal Sébire

www.mpatraoneves.pt

A mulher que decidiu morrer à margem da lei

Diário de Notícias

Dias antes de morrer, Chantal Sébire apelara à revisão da lei francesa para permitir excepções à proibição da eutanásia. Agora, vozes no Governo e na oposição pedem uma comissão para analisar os casos graves. É a segunda vez em quatro anos que a França debate a eutanásia. Em 2003, Vincent Humbert abalara o país. Tetraplégico, surdo, mudo e quase cego após um acidente, o bombeiro de 22 anos e a mãe, Marie, escreviam em 2000 ao presidente Chirac para autorizar os médicos a desligarem a sonda que o mantinha vivo. Face à recusa, Marie violou a lei em finais de 2003. No terceiro aniversário do acidente, injectou uma dose de barbitúricos no tubo de soro. A dose não seria fatal e coube aos médicos, dias mais tarde, retirar a sonda gástrica a Vincent. A justiça absolveu a mãe e o médico em 2006, após mobilização sem precedentes a favor da "excepção à interdição de eutanásia", que incluiria o actual chefe da diplomacia, Bernard Kouchner.

No calor do debate, o Parlamento aprovaria a actual lei, intitulada Leonetti, prevendo o direito a "deixar morrer", por sedação forte acompanhada do corte da alimentação e hidratação do doente em fase terminal, mas sem legalizar a "eutanásia activa", com intervenção directa do médico. O novo texto deixou situações de fora, como a de Chantal Sébire. Desfigurada por um tumor raro e alérgica à morfina, a ex-professora pedira o direito ao "suicídio assistido" em casa, por ingestão do analgésico Penthotal, autorizada na Holanda, Bélgica e Suíça. O agravamento da saúde de Chantal não lhe permitiu estar presente na segunda-feira quando a justiça rejeitou o pedido de "eutanásia activa". O médico Emmanuel Debost, que se disponibilizou a acompanhar a morte de Chantal, fora recebido na quartafeira no Eliseu, horas antes da morte da doente.

Agora, os autores da lei Leonetti pedem uma revisão. No Le Figaro, Gaëtan Gorce, deputado socialista e ex-presidente da comissão parlamentar sobre a eutanásia, afirmou ser necessário "sair da hipocrisia", defendendo criação de uma alta autoridade para os casos mais graves. Em entrevista a uma rádio, Nadine Morano, secretária de Estado da Família, reconheceu que a actual lei "só responde a 99% dos casos". No entanto, a ministra da Saúde, Roselyne Bachelot, recusa a legalização da eutanásia, afirmando que é preciso antes de mais melhorar "os cuidados paliativos a doentes terminais". Como milhares de pacientes com doença terminal, em França, Chantal pertencia à associação para o direito a morrer com dignidade (ADMD), que conta com 43 mil membros. Uma das fundadoras, Mireille Jospin, mãe do ex-primeiro-ministro Lionel Jospin e antiga enfermeira, morreu em 2002, aos 92 anos, recorrendo ao "suicídio assistido". O presidente da ADMD apelou às autoridades, "para que se inspirem na legislação dos países vizinhos". Por ano, são dezenas os franceses que se deslocam à Suíça ou à Bélgica para uma viagem, sem regresso, para morrer na legalidade.|

Immaculada Echevarria

www.mpatraoneves.pt

Inmaculada Echevarria estava há dez anos ligada a uma máquina
Médicos desligaram ventilador a espanhola que pediu para morrer

15.03.2007 ı - 10h47 Lusa

Inmaculada Echevarria, 51 anos, viu ontem à noite cumprido o desejo de ser desligado o ventilador que a mantinha viva há dez anos, acabando por falecer no hospital de Granada, em Espanha. Segundo a Delegação Provincial de Saúde da Andaluzia, Echevarria morreu no Hospital San Juan de Dios, em Granada, por volta das 21h00 locais, depois de ter sido desligada a unidade de ventilação mecânica que a mantinha viva. A equipa médica que a assistiu adoptou as medidas necessárias para que "não sofresse qualquer dor".

Echevarría padecia de distrofia muscular progressiva e vivia há nove anos ligada a um ventilador. No dia 20 de Novembro do ano passado, pediu que o aparelho fosse desligado. "Não aceito que meios artificiais mantenham a minha vida. Não tenho medo de morrer e não quero continuar assim", afirmou na altura, explicando que esta era uma posição que tinha desde os 20 anos, quando soube que passaria a vida numa cama. No inicio deste mês, o governo da Andaluzia confirmou que o pedido da doente iria ser satisfeito. Inmaculada Echevarria foi transferida ontem do Hospital San Rafael de Granada, gerido por uma ordem religiosa e onde esteve nos últimos dez anos, para o hospital público de saúde, onde acabou por morrer. A transferência ocorreu a pedido da ordem religiosa São João de Deus que, em comunicado, explicou que considera a petição da doente "correcta e aceitável, do ponto de vista jurídico e ético", preferindo transferi-la para um centro público, perante as críticas de vários sectores religiosos.

Caso de eutanásia passiva indirecta

A decisão de permitir a retirada do ventilador baseou-se em pareces do Conselho Consultivo da Andaluzia, que determinou que o pedido de Echevarría constituía um caso de eutanásia passiva indirecta, pelo que os médicos que cumprissem o pedido não estariam a cometer qualquer acção punível. O órgão baseia a sua decisão na Lei de Autonomia do Paciente e na Lei de Saúde da Andaluzia, que estabelecem a validade de recusa de um determinado tratamento, mesmo quando leve a situações "que comprometam gravemente a saúde do doente ou mesmo à sua morte". "Qualquer paciente que padeça de uma doença irreversível e mortal pode tomar a decisão como a que adoptou Inmaculada Echevarría", sustenta a decisão.

Nos últimos dias, a paciente recebeu a visita do filho, que reside em Saragoça e que entregou para adopção com poucos meses de vida, depois de o marido ter morrido num acidente de viação. Despediu-se também de amigos e conhecidos, que a própria paciente admitiu em declarações à imprensa no ano passado serem poucos, rejeitando qualquer contacto adicional com a imprensa na fase final da sua vida.

Mostrar a morte a sério

Chamam-lhe "morte assistida" mas é um suicídio assistido. Agora duplamente: por quem o executa e por quem assiste em casa. O documentário canadiano em que o americano Craig Ewert, vítima de incapacitação neurológica grave, escolhe o suicídio com a ajuda da família britânica e duma organização suíça, é um programa sério sobre um problema sério das sociedades contemporâneas, mas, como comentou o psiquiatra José Gameiro no *Jornal da Noite* da SIC (10.12), não era preciso mostrar o momento da morte; o argumento do documentário não o exigia. Os documentaristas e os proponentes do suicídio assistido ou da eutanásia defenderam a mostração da morte de Ewert na Sky, os opositores defenderam o contrário.

Há um século o jornalismo decidiu retrair-se na informação sobre suicídios. Deixou-se à ficção, escrita e fílmica, mostrar a morte, habituando-nos à ideia sem nos tentar. Não é a primeira vez que a TV mostra propositadamente a morte verdadeira. Fá-lo-á cada vez mais. A sociedade caminha para aí, repetindo o exemplo da mãe de todas as modernas sociedades do espectáculo, a do Coliseu romano e suas aplaudidas mortes em directo. Aumentará muito, acho, a pressão social pela eutanásia e pelo suicídio assistido, por razões puramente económicas: haverá velhos "demasiado" velhos e "a mais", supondo-se que impedem a criação e a distribuição de riqueza. Mas as razões económicas serão mascadas por quaisquer outros argumentos, como sucedeu em torno deste documentário.

Em Roma, a morte em directo terminou com a substituição da lógica do espectáculo pela lógica do cristianismo. Mas combater a lógica do espectáculo, que é superficial, era mais fácil do que a lógica da economia real, que é implacável.

www.mpatraoneves.pt

Peter and PenelopeDuff

www.mpatraoneves.pt

Terminally ill British couple die in Switzerland

swissinfo.ch

An elderly husband and wife have become the first terminally ill British couple to travel to Switzerland to die, their family said on Thursday.

www.mpatraoneves.pt

Peter and Penelope Duff, aged 80 and 70 respectively, had both been suffering from cancer. They kept secret their plans to travel to the Dignitas clinic near Zurich, where they received help with assisted suicide. The couple died on February 27. They had told friends and neighbours they were moving out of their home in southern England to spend their final years in a second home, according to a report in the British newspaper The Guardian. Instead they travelled to Switzerland to die.

"This has come as a complete shock," a neighbour said. "We were aware they both had cancer in an advanced stage."

Peter Duff, a leading wine expert, had been stricken with colon cancer that had spread to his liver. For 17 years his wife had battled a rare form of cancer that attacks the digestive system. "Their decision in no way reflected on the wonderful and humbling care they have received from their consultant, doctors and nurses, for which the family, and they, were so appreciative," their daughter said in a statement.

Terminally ill British couple die in Switzerland (Cont.)

Debate

Assisted suicide and passive euthanasia is legal in Switzerland and the Duff case is almost certain to spark more debate over the practice in Britain, which has the strictest regulations on the matter in Europe.

It is a criminal offence, punishable by up to 14 years' imprisonment, to assist in the death of another person there. It was not clear whether the Duffs had travelled alone to die in Switzerland.

Sarah Wootton, head of Dignity in Dying, a group that is campaigning to legalize assisted suicide in Britain, regretted that the Duffs could not end their days closer to home.

"This is an extremely sad case of two more terminally ill British citizens being forced to travel to an unfamiliar country to die," she said.

But not everyone agrees the deaths were appropriate. "This is a desperately sad case of a couple in a state of distress," said a spokesman for Care Not Killing. "However, hard cases make bad law and the fact remains that if euthanasia was ever legalized in Britain, vulnerable people and seriously ill people would come under pressure to end their lives prematurely."

Not the first

The Duffs were not the first British couple to end their lives at the clinic. In 2003 Bob and Jenny Stokes died at Dignitas. Neither was terminally ill. Switzerland has five assisted suicide organizations which help around 350 people each year. Dignitas is the only group offering help to non-residents. It charges up to SFr4,000 ($3,460) for its assistance, said to cover the costs of autopsies and medical examinations. Other organizations, including the larger Exit, assist only Swiss residents and usually go to them in their own homes.